



**Bolsas**  
Na terça-feira

0,13%

São Paulo

0,38%

Nova York

**Pontuação B3**  
Ibovespa nos últimos dias

164.455

157.981

4/12

5/12

8/12

9/12

**Dólar**  
Na terça-feira

R\$ 5,436

(+ 0,28%)

**Salário mínimo**  
Últimos

3/dezembro

4/dezembro

5/dezembro

8/dezembro

5,313

5,310

5,432

5,420

**Euro**  
Comercial, venda na terça-feira

R\$ 6,322

**CDI**  
Ao ano

14,90%

**CDB**  
Prefixado 30 dias (ao ano)

14,91%

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

junho/2025

0,26

Julho/2025

-0,11

Agosto/2025

0,48

Setembro/2025

0,09

Outubro/2025

0,09

ENERGIA

# Tributos consomem quase 50% da receita do setor

Mesmo com leve redução em 2024, estudo da PwC em parceria com o Acende Brasil, mostra que os impostos e dos encargos na conta de luz seguem pesando sobre as empresas do setor e pressionando o preço da fatura para o consumidor

» RAFAELA GONÇALVES

O setor elétrico brasileiro destinou quase metade de sua receita bruta em 2024 ao pagamento de tributos e encargos, conforme estudo da consultoria tributária PricewaterhouseCoopers (PwC), em parceria com o Instituto Acende Brasil. Apesar do peso ainda elevado, houve uma leve melhora em relação ao ano anterior, com a carga total passando de 46,2% para 44,8%.

A pesquisa considera informações de 44 companhias que, juntas, representam grande parte do mercado de geração, transmissão e distribuição de energia no país. De acordo com o relatório, a leve redução foi impulsionada, principalmente, pela queda dos tributos federais. Na contramão, os tributos estaduais aumentaram, puxados por reajustes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) adotados em vários estados.

“A redução da carga tributária sobre o setor elétrico brasileiro, entre 2023 e 2024 é uma boa notícia para o setor, mas ela ainda é excessiva e impõe um obstáculo pesado para a competitividade de todos os setores produtivos e para o orçamento de todos os brasileiros que consomem eletricidade”, afirma Eduardo Müller Monteiro, diretor-executivo do Instituto Acende Brasil.

Os encargos setoriais, que financiam políticas públicas, subsídios e programas estratégicos, também recuaram ligeiramente, passando de 15,2% para 14,8%. Ainda assim, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um dos principais componentes desses encargos, voltou a crescer.

Segundo o estudo, a CDE atingiu recordes históricos tanto na participação dentro da carga total quanto em valor absoluto, somando R\$ 33,8 bilhões em 2024. Ao todo, as empresas de geração, transmissão e distribuição recolheram R\$ 114,6 bilhões em tributos e encargos ao longo do ano, alta de 6,2% na comparação com 2023.

Monteiro destaca que a queda percentual em 2024 é positiva, e qualquer redução de tributos e encargos representa um alívio direto para toda a economia, mas é preciso enfrentar dois grandes desafios. “O primeiro é revisar criteriosamente o encargo CDE, que cresce ano após ano para financiar subsídios que nem sempre são necessários.”

“O segundo é convencer as autoridades federais e estaduais a parar de encarar a conta de luz como veículo arrecadatório. Energia elétrica é um serviço essencial e deveria ser tratada como tal pelos fiscos na hora de definir as alíquotas de impostos”, acrescenta.

As distribuidoras concentraram a maior parte desse avanço, ampliando sua fatia de 66% para 69% do total arrecadado, enquanto o segmento de geração registrou queda no volume pago.

### Impacto

Embora o estudo analise os resultados das empresas, a elevada carga de tributos e encargos tem impacto direto na conta de luz, já que a maior parte desses custos é repassada às tarifas.

O ICMS, principal tributo que incide sobre a energia, representa o maior peso na fatura dos consumidores. Como sua cobrança é feita sobre uma base que inclui o próprio

### Carga pesada

O peso dos impostos e encargos sobre a receita do setor elétrico brasileiro — Dados em %



Competência	2023	2024	Variação
Tributos federais	14,9	13,3	-1,6 p.p.
Tributos estaduais	16,1	16,7	0,6 p.p.
Tributos municipais	0,0	0,0	0,0 p.p.
Encargos setoriais	15,2	14,8	-0,4 p.p.
Total	46,2	44,8	-1,4 p.p.

Fontes: PwC e Instituto Acende Brasil.

imposto, qualquer aumento definido pelos estados tende a elevar imediatamente o valor pago pelas famílias.

Os encargos setoriais também continuam a pressionar o preço final da energia nas residências. A CDE, que atingiu um valor recorde em 2024, engloba despesas com

subsídios e políticas públicas, sendo todos esses custos repassados às tarifas de eletricidade. No Brasil, cerca de 40% da conta de luz corresponde a encargos, subsídios e impostos, embora esses percentuais possam variar conforme a região e as políticas específicas de cada estado.

“O que faz a energia no Brasil ser tão cara, infelizmente, é o peso que foi embutido na tarifa final por meio das políticas públicas e subsídios. Hoje o principal encargo setorial que arrecada o recurso financeiro para pagar essas políticas públicas é a CDE”, afirma o

### » Aneel cogita tarifa branca

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu, ontem, instaurar consulta pública, a partir de hoje, para discutir a aplicação automática da chamada tarifa horária ou tarifa branca para os consumidores de baixa tensão, incluindo o grupo residencial, rural, comercial, industrial e outros com consumo mensal igual ou superior a 1 MWh (Megawatt-hora). Essa modalidade tarifária funciona com valores diferentes da tarifa em função da hora e do dia da semana. Nos finais de semana e feriados nacionais, todas as horas serão consideradas fora da ponta, mais barato. A consulta pública ficará até 9 de março de 2026.

diretor de energia elétrica da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Victor Hugo Iocca.

Apesar da redução na carga total observada pelo estudo, isso não se traduz automaticamente em alívio na conta de luz. As tarifas dependem de decisões regulatórias, do perfil de custos de cada distribuidora e de fatores externos, como o preço da energia comprada pelas empresas.

Como a maior parte dos tributos e encargos se concentra no segmento de distribuição, justamente o elo que repassa os custos ao consumidor final, qualquer aumento nesses itens tende a tornar a energia ainda mais cara para a população.

## POLÍTICA MONETÁRIA

# Última Superquarta do ano

Esta quarta-feira está longe de ser um dia comum para os mercados financeiros. Conhecida como Superquarta, a data concentra as decisões dos comitês de políticas monetária dos bancos centrais do Brasil, o Copom, e dos Estados Unidos, o Fomc. Será a última reunião do ano dos dois comitês.

O movimento do Federal Reserve (Fed, banco central norte-americano) costuma mexer com os preços dos ativos no mundo inteiro. E, no Brasil, o mercado deverá ficar atento ao comunicado do Copom.

A expectativa dos analistas é de que o BC brasileiro dê alguma sinalização dos rumos da política monetária em 2026. Entre eles, prevalece o consenso de que a decisão não deve trazer surpresas, com a manutenção da taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano já amplamente precificada, conforme noticiado pelo **Correio** no domingo.

Segundo Luis Felipe Vital, estrategista-chefe de Macro e Dívida Pública da Warren Investimentos, a ata anterior já havia sinalizado esse cenário. “O Comitê deixou claro que a taxa deve permanecer em nível restritivo por

um período prolongado, inaugurando um novo estágio da política monetária”, afirma.

Vital destaca que o documento foi interpretado como mais brando. “O Copom avaliou com mais firmeza a moderação da atividade, o arrefecimento da inflação e a convergência rumo à meta”, diz Vital, que lembra que as leituras recentes de inflação continuam mostrando pressão nos serviços. “A inflação de serviços e itens ligados ao mercado de trabalho segue persistente”, diz. No lado da atividade, ele aponta sinais de desaceleração combinados com resiliência do setor de serviços e do emprego.

Nesse ambiente, a Warren espera que o colegiado mantenha a avaliação de convergência da inflação, respaldando a decisão de manter a Selic. “Não esperamos sinalizações explícitas sobre os próximos passos, mas o reconhecimento da melhora do cenário deve pavimentar o caminho para uma flexibilização gradual a partir de janeiro de 2026”, afirma.

Segundo as projeções da instituição, o ciclo começaria com corte de 0,25 ponto percentual (pp), seguido por reduções entre 0,25 e

0,50 ponto, encerrando 2026 com a taxa em 12,25% ao ano.

Para Everton Gonçalves, diretor da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), o Banco Central deve iniciar um movimento gradual de redução da taxa básica no começo de 2026. “A queda da Selic ajudará a diminuir a pressão sobre a inflação de serviços, que ainda está elevada”, afirma.

“Se o cenário continuar avançando de forma positiva, com queda da inflação corrente, expectativas mais controladas e atividade moderando, o ciclo de cortes pode começar em breve, com reduções de 0,25 ponto percentual em janeiro e março.”

Gonçalves destaca que o comunicado do Copom, a ser divulgado após a decisão, será crucial para calibrar as expectativas dos agentes econômicos. “O BC deve indicar com clareza se há espaço para uma mudança na política de juros no início do ano. Além disso, precisa apresentar sua leitura sobre o ritmo da economia e sobre os efeitos da política restritiva”, afirma. “Como sempre, a comunicação deve reforçar que o Copom seguirá reagindo conforme a evolução dos dados de inflação e atividade.”

Reprodução/Leonardo Sá/Agência Senado/Flicker



A ABBC avalia, ainda, que um início cuidadoso do ciclo de cortes ajudaria a reduzir a volatilidade nos mercados e a preservar a credibilidade da política monetária. A entidade afirma

que isso também traria alívio à trajetória da dívida pública e aos prêmios de risco, em um momento em que investidores aguardam simultaneamente a decisão do Fed.

**Mercado aguarda, nesta quarta-feira, a decisão do Copom, do Banco Central, sobre juros. Data coincide com a reunião do Fed**

### Corte nos EUA

No exterior, a expectativa de um corte de 0,25 ponto percentual nos juros americanos já é amplamente consolidada. Segundo a economista Bruna Centeno, sócia e advisor da Blue3 Investimentos, o mercado atribui “cerca de 80% de chance” à decisão.

Ainda assim, Centeno destaca que o Federal Reserve enfrenta um ambiente mais delicado. “O mercado está preocupado porque observa um comitê bastante dividido”, afirma, ressaltando que os dados do mercado de trabalho continuam sendo o principal fator para orientar a trajetória de juros.

Para a economista, mais importante que a decisão em si será o tom adotado pelo banco central americano. “A grande questão é qual discurso o Federal Reserve vai adotar para 2026”, diz. No Brasil, ela afirma que não há qualquer indicação de mudança. “O Banco Central tem mantido um discurso firme sobre a necessidade de juros elevados diante de uma inflação ainda resiliente”, afirma. Centeno lembra que o próprio presidente da instituição indicou recentemente que, com as projeções atuais, a inflação não deve convergir para a meta. **(RG)**